

Previsão é de crescimento menor e dívida maior

Ricardo Allan
De Brasília

A análise do governo brasileiro e do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Memorando de Política Econômica (MPE) já leva em conta a deterioração das expectativas sobre a economia brasileira. O MPE, que consolidou a terceira revisão do acordo com o Fundo, admite a hipótese de o crescimento neste ano ser de apenas 2%, podendo chegar a 2,5%. No documento anterior, do final de março, existia a confiança numa expansão de 2,5%. A piora se deu também na dívida pública, cuja projeção passou de 54% do Produto Interno Bruto (PIB) para 55%.

Ainda assim, o memorando tenta manter o tom otimista. "O Brasil tem mantido um bom acesso aos mercados de capitais internacionais e existem sinais de que uma recuperação econômica gradual esteja em anda-

mento. No entanto, o ambiente externo permanece volátil, existindo ainda incertezas normais associadas à mudança de governo no próximo ano", assinala o texto.

A exemplo do que tem feito insistentemente o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em pronunciamentos públicos, o documento dá um recado aos candidatos presidenciais, pedindo a continuidade da "disciplina na condução das políticas fiscais e monetárias", além da manutenção das reformas estruturais levadas a cabo nos últimos anos. Segundo o texto, essa certeza é fundamental para garantir a estabilidade econômica e elevar o crescimento do PIB.

A estimativa de receitas de privatização neste ano cresceu R\$ 1,713 bilhão, chegando a R\$ 7,676 bilhões. O reconhecimento de dívidas passadas ("esqueletos") subiu R\$ 10,964 bilhões, passando a R\$ 27,683 bilhões. Até o fechamento desta edição, o governo não havia explicado

as variações, que podem estar associadas à venda de ações do Banco do Brasil, à privatização de bancos estaduais e à capitalização da Petros, fundo de pensão da Petrobras.

Os dois documentos da revisão, o MPE e o Memorando Técnico de Entendimentos (MTE), mantêm a maioria dos parâmetros macroeconômicos e metas da segunda revisão do acordo. O centro da meta de inflação estimada para setembro de 2002, último mês em que o acordo prevê metas, foi mantido em 4,2%, com dois pontos percentuais de tolerância para cima e dois para baixo. A meta central de dezembro para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) é de 3,5%.

O MPE, no entanto, sinaliza dificuldades para o cumprimento das estimativas trimestrais de inflação. "Enquanto a política monetária permanece no caminho da obtenção de taxas de inflação no intervalo estabelecido como meta para o final de

2002 e 2003, existe o risco de que os limites superiores das bandas de consulta no segundo e terceiro trimestres de 2002 possam ser ultrapassados", alerta o texto. As bandas superiores são 7,3% em junho e 6,2% em setembro. O BC reafirmou a disposição de "reagir" a ameaças ao cumprimento da meta anual.

A revisão do acordo consolidou a queda do piso das reservas internacionais líquidas de US\$ 20 bilhões para US\$ 15 bilhões, para dar mais fôlego ao governo para controlar a alta do dólar. Na terça, o FMI aprovou os termos da revisão e liberou o saque de US\$ 10 bilhões.

A expectativa de déficit no balanço de pagamentos cresceu de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 4,4 bilhões. O governo atribuiu a piora ao fato de ter pago parcelas do empréstimo do FMI. O superávit comercial continua sendo estimado em US\$ 5 bilhões, e o déficit em conta corrente em US\$ 20,7 bilhões.